



MOVIMENTOS SOCIAIS EM TIMOR

Marinús Pires de Lima'

Nuno Filipe Pombo Nunes²

1. Introdução

Analisa-se os comportamentos colectivos ocorridos quer em Timor, quer em Portugal, com atenção particular ao período de 1999.

São sucessivamente abordados os seguintes pontos: a situação em Timor antes do massacre de Santa Cruz; a internacionalização do problema e o nascimento do movimento no cenário global; a identidade e a resistência em Timor; os movimentos sociais em Portugal - a resposta aos acontecimentos pós-referendo; Timor, um movimento de globalização contra-hegemónica.

A acção em Portugal compreende-se enquadrando-a no domínio nacional e internacional que se desenvolveu contra a repressão da Indonésia. Estamos na presença de uma acção de tipo levantamento nacional, que acontece devido à necessidade de defender a identidade cultural do povo timorense. Este processo foi amplificado e legitimado pelos meios de comunicação de massa. Além da acção das ONG, estudam-se as

articulações entre a emoção e a razão, a relevância dos Prémios Nobel da Paz, a onda de solidariedade que atravessou diferentes gerações e classes sociais, a Igreja Católica, a acção diplomática na ONU, a importância dos direitos humanos e da luta pela democracia, no processo de globalização. Esta acção pode ser considerada como um movimento de globalização contra-hegemónica. As questões orientadoras incidem sobre os actores, os adversários e os terrenos das acções colectivas.

' Instituto de Ciências Sociais - ed. ISCTE - Av. Forças Armadas, 1600-083 Lisboa, tel. 217995000; fax:217964953.

2 ISCTE - Av. Forças Armadas, 1600-083 Lisboa, tel. 217995000; fax:217964953.

2. A Situação Timor-Leste Antes do Massacre de Santa Cruz

Dá-se a "Revolução dos Cravos" em Portugal, em Abril de 1974. O regime de Salazar votara Portugal a um isolamento internacional, a ditadura procurava manter o seu domínio colonial, enquanto crescia o apoio aos movimentos de libertação em África. Para o salazarismo, Timor tinha a importância simbólica de manter a ideia de império, "Portugal ia do Minho a Timor". A descolonização é um dos objectivos principais da revolução democrática. Em 27 de Março de 1975 é criada a Comissão de Descolonização de Timor-Leste no Parlamento português, mas as convulsões sociais e políticas que Portugal atravessava colocam o processo de Timor à margem das principais questões a resolver, o país tinha "uma casa para arrumar".

A 7 de Dezembro de 1975 a Indonésia invade Timor. Um Timor-Leste independente "assustava" a Indonésia, uma vez que punha em causa a construção da sua unidade nacional conseguida. E para além disso, temia-se que Timor se tornasse uma "nova Cuba" perante a ameaça comunista por parte da Fretilin. Na véspera da invasão o Presidente dos EUA Ford e o Secretário de Estado Kissinger visitam Jacarta. Vivia-se o clima da guerra-fria, a política dos blocos. Com a ferida do Vietnam ainda fresca, não foi difícil para Suharto persuadir os americanos de que uma acção militar era necessária para impedir a criação de mais um enclave «comunista» na região.

Portugal insurge-se contra a invasão. A Indonésia afirma que Portugal abandonara as suas responsabilidades durante a guerra civil do território. Portugal apresenta o seu protesto na Assembleia geral da ONU, e é aprovada a Resolução 384, que reafirma o estatuto de potência administrante a Portugal, e o direito à autodeterminação por parte de Timor.

No xadrez mundial a invasão indonésia não foi recusada. A Indonésia garantia a «compreensão» da Austrália, e a cumplicidade disfarçada dos países-chave ocidentais. No quadro das relações internacionais a ocupação do território timorense serviu muitos interesses ao longo dos anos. O mundo ocidental fechava os olhos e escondia a questão. As razões do silêncio foram sendo razões económicas, razões de carácter político e razões de natureza geo-estratégica

A relação Estados Unidos/Indonésia foi sempre uma relação privilegiada. O regime de Suharto derrubara e destruíra o Partido Comunista Indonésio, na altura o maior no mundo não comunista. A Indonésia é a potência regional aliada dos norte-americanos naquela zona do mundo. A Indonésia é um importante comprador de material bélico aos americanos, sempre garantiu um canal de passagem entre o Índico e o Pacífico nos carregamentos de petróleo para o Japão, e contribuía para "isolar" a China. A Indonésia não era um aliado qualquer para os Estados Unidos. A Indonésia é a 5ª maior nação do mundo, e com a maior população islâmica, membro moderado do NINA e da OPEP, e ocupa uma posição importante na ASEAN.

A Austrália é o primeiro país a reconhecer a anexação de Timor, logo em 1978. Ao encontro da sua estratégia regional, procura as melhores relações com a Indonésia, e em 1989 ambos assinam um acordo de partilha da exploração do petróleo do mar de Timor.

Timor era uma coudada económica das forças armadas indonésias (Carey,1995:45). Os investidores privados encontraram pouca abertura em Timor-Leste. Os monopólios comerciais de grandes empresas da compra do café, da madeira de sândalo, do mármore e do açúcar, e ligados à propriedade imobiliária, fretagem, importação e exportação, eram controlados e geridos pelos militares.

A Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Holanda, o Japão e a Espanha, nomeadamente, além de apoio político e financeiro, forneceram material de guerra à Indonésia, utilizado também em Timor. Foi sempre grande a disponibilidade dos governos ocidentais para fornecerem aos indonésios o armamento mais moderno.

Depois da resposta inicial enérgica aquando da anexação, a acção diplomática portuguesa arrefece declaradamente. Os governos portugueses e as restantes forças políticas pareciam aceitar a anexação como um facto consumado. Ramos-Horta lembra a postura sempre presente na ONU dos PALOP's na defesa da causa de Timor (RamosHorta, 1994:218). A partir de 82, Portugal volta a redescobrir a causa, e é constituída na AR portuguesa, a Comissão Eventual Para Acompanhamento da Situação Timor-Leste. Em 1984 iniciam-se conversações entre Portugal e Indonésia sob os auspícios do secretário-geral da ONU, mas os resultados são desanimadores. A adesão à CEE de

Portugal aumentava a influência de Lisboa na diplomacia da Europa Ocidental, e em 1988 o Parlamento Europeu aprova uma primeira posição comum da CEE sobre a questão Timor.

Mas foi o massacre de Santa Cruz que veio alterar decisivamente a correlação de forças reinante, e trazer substanciais mudanças na acção política de Portugal, dos restantes países e das instituições internacionais, e fez despertar as sociedades civis e os movimentos sociais de vários países, principalmente Portugal.

3. A Internacionalização do Problema e o Nascimento do Movimento no Cenário Global

As imagens de morte e horror do cemitério de Santa Cruz difundidas internacionalmente chocam o mundo. O massacre de Santa Cruz entra pelos lares do mundo ocidental. As imagens exprimem o medo, o terror dos timorenses, perante uma indiferença extraordinariamente fria dos indonésios. Tornava-se embaraçoso para as autoridades indonésias explicarem o sucedido. Um exército a disparar sobre um ajuntamento pacífico e sem defesa, na presença de jornalistas estrangeiros, acabou por atrair as atenções da opinião pública internacional sobre Timor-Leste. Durante dezasseis anos Timor fora vítima de chacinas constantes mas que se mantiveram desconhecidas das grandes correntes da opinião mundial. A estratégia indonésia foi isolar Timor, e os governos que conheciam a situação, punham para último plano dos seus interesses a denúncia dos direitos humanos. O massacre de 12 de Novembro é uma linha divisória tão profunda na história moderna de Timor-Leste quanto o foi o massacre de Sharpeville, em 1962, para a história do domínio branco na África do Sul.

O problema de Timor internacionaliza-se. Jacarta não contava com a dimensão e a duração da resposta internacional. Pelo menos três governos ocidentais (Canadá, Dinamarca e Holanda) suspenderam os seus programas de auxílio à Indonésia, e o Congresso dos Estados Unidos retirou Jacarta do programa de formação internacional de educação militar (IMET). Os tempos tinham mudado. A luta contra o comunismo tinha sido «ganha». A enorme publicidade que rodeou o massacre e os posteriores

acontecimentos que se sucederam tornaram cada vez mais difícil para a Indonésia mascarar a questão de Timor-Leste. Se em meados dos anos 80 Timor saíra da agenda internacional, Timor ganhava agora um destaque central.

Vozes de recusa e indignação surgiram na comunicação social, tal como se insurgiram as sociedades civis de alguns países ocidentais. Em Portugal a reacção é muito emotiva. Manifestações de rua, vigílias, concertos, campanhas publicitárias gratuitas na televisão, abaixo-assinados, entre outras, foram as formas encontradas para protestar contra a situação de Timor. A Indonésia e os seus interesses aliados já não podiam mais esconder o problema. O problema passava a ter uma dimensão mediática dificilmente controlável.

A indústria dos média não mais deixou de dar atenção ao "problema Timor". A sua convocação foi sendo mais intensa na prisão de Xanana Gusmão em Novembro de 92, na ocupação de embaixadas pelos jovens timorenses, na atribuição do prémio Nobel da Paz e na difusão de imagens nas "montanhas" de Timor. O êxito dos indonésios ao conseguirem prender Xanana provocou uma maior atenção da comunidade internacional para a situação em Timor-Leste, e em 1997 numa visita a Jacarta Nelson Mandela pede a libertação de Xanana, tal como foi um desastre em termos de imagem, a nível internacional, a Cimeira da APEC, realizada em Jacarta em 1994 e durante a qual 29 estudantes e trabalhadores timorenses se manifestaram na Embaixada dos EUA.

Na nova ordem social e cultural da qual fazem parte os meios de comunicação social mundial, nesta era da globalização e da sociedade da informação, fazia todo o sentido estar atento ao "problema Timor". O "problema Timor" era um bem cultural, uma mercadoria vendável. O "problema Timor" trazia à tona uma série de valores, sentimentos e emoções. O número de mortos ocorridos, o sentimento da "maldade humana", a defesa dos direitos humanos, são situações que prendem o público em frente à televisão. Sente-se o apelo do Sujeito. Vivemos numa sociedade de consumo que vende atitudes, comportamentos e em que se produzem sonhos.

Na sociedade da informação as ideias, as acções, viajam cada vez mais confortavelmente e mais depressa e chegam a sectores muito vastos de população. As possibilidades tecnológicas permitem trocar informações entre vários pontos do mundo.

As várias cadeias de comunicação social ligam-se, relacionam-se em rede. Nesta "aldeia global" os territórios e os povos estão cada vez mais interdependentes e a funcionar segundo o mesmo tipo de leis e valores morais. "A cultura tende para a universalização, para a abstracção de padrões e valores a um grau muito elevado de generalidade, (...) os apelos simbólicos centram-se nos direitos humanos"(Waters, 1999:153).

A internacionalização do "problema Timor" despertou consciências, avivou outras, potenciou a mobilização e o associativismo. Colocou em contradição muitos governos, e permitiu o apontar de outras soluções políticas internas em cada Estado. Questionou as instituições, os órgãos colegiais das organizações mundiais. Deu voz a Timor, aos timorenses e aos seus dirigentes. A visibilidade mediática transformou o vazio, o silêncio, num conflito latente. A luta timorense, até então muda e surda, e circunscrita aopositor indonésio, alarga-se e passa a fazer-se também mediaticamente, ao nível da sensibilização das opiniões públicas, da pressão sobre os Estados e a "comunidade internacional", procurando desacreditar a Indonésia e os seus interesses aliados.

A "comunidade internacional", não profundamente diferente da "comunidade internacional" imperante antes do massacre de Santa Cruz, tem agora um acérrimo interesse, fruto do desenvolvimento do mercado mundializado, do sistema económico internacional, em não entrar em contradição acicatante com as opiniões públicas, com as sociedades civis, que, perfazendo-as, constituem a "opinião pública mundial". Esta "opinião pública mundial", que é sempre uma abstracção, exprime tendências, sempre mais nos temas morais e culturais, e expressa valores, orientações e objectivos, que, se não forem ao encontro da "comunidade internacional" e das forças comandantes da ideologia da globalização que caminham com ela, colocam estas numa situação mais frágil. Porque se a imagem de sociedade que constróem está desencontrada do sentido das opiniões públicas/sociedades civis, estas forças dirigentes ficam em insegurança, e os alicerces constitutivos do seu poder e a regulação do sistema que dominam podem sair afectados. É nessa imagem de sociedade que o consumo se sustenta. A Indonésia foi uma vítima deste processo. A sua acção imbricava em princípios básicos da Modernidade, em termos de valores da globalização, valores pós-materialistas. Incomodava o funcionamento regular das sociedades modernas ocidentais nos seus padrões de valores e nos interstícios dos poderes estabelecidos.

A partir do massacre de Santa Cruz, a diplomacia portuguesa mantém sempre presente a questão "Timor" nos teatros onde se podem fazer as denúncias: na ONU, nas várias organizações mundiais, e no parlamento europeu. Os encontros periódicos entre os ministros dos negócios estrangeiros de Portugal e Indonésia, e mais tarde a abertura ao CNRT para fazer parte de reuniões sob a égide da ONU, a partir de 1998, dão ainda mais sustentabilidade à pertinência e justiça do conflito. Sempre que haviam reuniões internacionais, as organizações e associações portuguesas, os sindicatos, a CGTP e UGT, punham uma moção, faziam lembrar o "problema Timor". O nascimento do CNRM, que deu origem ao CNRT em 1998 eliminava o argumento divisionista, faccionista, ideológico da luta timorense.

Os blocos políticos da União Europeia e certos quadrantes norte-americanos e australianos começam a colocar-se do lado timorense. As organizações internacionais de direitos humanos abraçam a causa. Em Portugal, associações, principalmente de jovens e também estudantis, certos quadrantes político-sociais e algumas personalidades públicas, procuram não fazer esquecer o problema. *"O maior inimigo da Indonésia é a opinião pública mundial"*, profere Ximenes Belo na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz, em 1996.

O regime indonésio não conseguia salvar a face. A antipatia à Indonésia sentia-se nos périplos pelos vários países do senhor Ali Alatas. A Indonésia não conseguia desfazer-se de uma imagem militar, bélica, ditatorial, arrogante e hipócrita. Enquanto que do lado timorense, a imagem era a de um povo sofredor, resistente, pacífico e simpático. A correlação de forças começava a pender para o lado timorense. Xanana Gusmão é comparado a Nelson Mandela, alcança o estatuto de herói-mártir ao serviço do seu povo. A Indonésia, apesar dos seus esforços diplomáticos, o facto de não ter uma cultura de gestão mediática própria das sociedades democráticas, colocava-lhe dificuldades em se relacionar com os *mass media*, embaraçando-a nas relações internacionais que estabelecia. Essa má imagem repercutia-se no plano político e também económico. A atribuição dos prémios Nobel da Paz a Dom Ximenes Belo e a José Ramos-Horta era a expressão, no plano internacional, da vitória moral, mediática e também política de Timor.

A situação indonésia interna também se complicou. A Indonésia sofreu um declínio da sua economia, fruto da crise económica asiática (1998). As tensões sociais conduziram a uma insolidez do regime político, a uma decadência da ditadura. A 21 de Maio de 1998 Suharto renuncia à presidência e é substituído por Yusuf Habibie. Houve necessidade de abertura. Sopraram alguns ventos democráticos. O estado ficou muito dependente de ajudas económicas externas (cerca de 25% do seu orçamento de estado). Alguns analistas políticos defendem a ideia de que Timor foi a moeda de troca que o regime indonésio conseguiu arranjar para financiar a manutenção do Estado indonésio.

A ancoragem de Timor a Portugal, o vaso relacionante que unia Portugal a Timor, fez a grande diferença neste processo de internacionalização do problema. Dificilmente sem Portugal, Timor alcançaria a projecção mundial que alcançou. O conflito Timor/Indonésia não era a luta de uma potência regional contra um país ou região que pretendia tornar-se independente, mas sim de uma potência que anexara um território de uma antiga potência colonial mundial, Portugal, um país agora respeitado pela "comunidade internacional", pertencente à União Europeia e inserido na Nato. As preocupações timorenses passaram a ser por uma questão de identidade preocupações portuguesas, e que assim passavam a ser também preocupações europeias, ficando a pairar no espectro do mundo ocidental. Portugal foi a matriz-chave no movimento "Por Timor".

O associativismo e o activismo sociais conhecem em Portugal níveis inferiores aos dos demais países europeus. Os jovens têm pouco interesse pela política. Mas a "sociedade da informação" desenvolveu-se no nosso país, e a escolarização aumentou. Timor tornou-se uma causa nacional, o símbolo de uma geração, a geração jovem, a que hoje está a chegar aos 25/30 anos. Para alguns, foi a única causa por que se bateram. Com o massacre de Santa Cruz à indiferença dos anos 80 sucede em Portugal uma ideia fundamentalmente romântica de Timor.

A iniciativa «Lusitânia-Expresso» surge dois meses depois do massacre. Com o LE a comunicação social continuava a falar de Timor durante mais um tempo, a questão mantinha-se no seio da opinião pública, era preciso não esquecer Timor depois do massacre. Os objectivos do «Lusitânia-Expresso» passavam pela exploração da dimensão mediática, em tomar Timor conhecido ao mundo, em internacionalizar a

causa. Queria-se que a iniciativa fosse montada num quadro internacional, então convidaram-se estudantes de 26 países. O pacifismo era a mensagem fundamental. A missão estava carregada de simbolismo: o objectivo da missão era colocar uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz, em homenagem às vítimas do massacre - "*As flores contra canhões numa irreverência simbólica de amor contra o crime*" (Xanana Gusmão). A ideia do LE nasceu entre estudantes, o processo arrancou com a mobilização das academias universitárias. Na viagem rumo a Timor, no navio estavam todos os órgãos de comunicação social portuguesa e alguns internacionais. O LE passava oito minutos na CNN, foi editorial do Washington Post, e teve uma chamada na primeira página do New York Times. O «Lusitânia-Expresso» tinha vencido na sua missão.

Nas redes internacionais e nacionais de jovens, nos encontros que realizavam, Timor passara a ser um tema forte e constante. Formou-se uma rede global de solidariedade por Timor, ligando os movimentos da causa em Portugal às organizações e associações internacionais. Havia organizações que eram a chave, e depois havia outras que nos diversos países, apareciam e desapareciam. Os movimentos mais dinâmicos do associativismo internacional foram a TAPOL em Inglaterra, a ETAN no Canada e Estados Unidos, o AGIR Timor em França, no Japão a " East Timor Japan Coligation", a "Asia Watch", tal como surgiram dezenas de organizações na Austrália. O motor desta dinâmica internacional era o que se fazia dentro de Timor, e a cumplicidade que se estabelecia com os jovens timorenses que procuravam projecção internacional nas acções que realizavam.

O movimento "Por Timor" aglutinou três tipos de associativismo: o associativismo ligado a uma acção mais humanitária, um associativismo mais político e o trabalho social. A Amnistia Internacional e a AMI, de âmbito internacional, e de Portugal, a "Olho Vivo", a Civitas, e associações católicas, como a Cáritas Portuguesa, o Movimento Cristão Para a Paz, e os "escuteiros", procuram alertar para os direitos humanos, predispõem-se para acções principalmente humanitárias. Outras associações, exclusivas à causa timorense, esforçam-se por divulgar a situação, concentram-se no campo de batalha mediático, procuram alertar a população portuguesa, e querem funcionar como um instrumento de pressão sobre os organismos e poder políticos. Neste rol, inscrevem-se o CDPM, "A Paz é Possível em Timor-Leste", e a Associação 12 de

Novembro. Dentro das universidades, também há núcleos de estudantes pela causa. No ISCTE, nas Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra, no ISPA e na Faculdade de Economia do Porto com o Professor Barbedo de Magalhães. A OGETIL e a RENETIL são associações estudantis políticas timorenses. Os timorenses em Portugal criam associações recreativas, culturais e de danças. O terceiro tipo de associativismo consistiu no trabalho social, principalmente no apoio aos grupos de jovens timorenses que chegam a Portugal. As associações responsáveis, principalmente o Centro para a Cidadania Timorense (CCT), dão-lhes formação profissional, ensinam-lhes o português, colocam-nos no ensino oficial para poderem prosseguir estudos, e criam-lhes as condições para se integrarem no nosso país. Este trabalho social era apoiado e financiado pela Segurança Social.

4. A Identidade e a Resistência em Timor

Em Timor surgiu uma nova geração de jovens instruídos, que no entanto não tinham oportunidades de emprego. O facto de conhecerem uma língua estrangeira dava-lhes acesso a um mundo global e permitia-lhes reflectir sobre a sua difícil situação colonial. Durante a década de 80, a percentagem de jovens timorenses excluídos da força de trabalho, agora dominada por "interesses", continuava a aumentar. Ao mesmo tempo, as práticas monopolistas das empresas dominadas pela instituição militar indonésia tinha "fechado" sectores inteiros da nova economia aos jovens timorenses que tinham completado estudos secundários ou superiores.

Em Timor, muitos dos processos que conduziram à emergência de um movimento juvenil nacionalista de base urbana na Indonésia nos finais do período colonial estavam também em funcionamento: a ocupação estrangeira, a exploração económica, a marginalização cultural e social, o desemprego. Tudo isto contribuiu para forjar um novo sentimento de nacionalismo timorense entre a juventude instruída de Dili e dos outros centros urbanos.

A emergência deste sentimento de identidade nacional foi, em grande medida, apoiada pelo desenvolvimento de uma língua nacional (o *tetun*) e pela influência da Igreja Católica.

Quanto a esta última, ela foi construída a partir das relações entre alguns sacerdotes e a FRETILIN em 1975, tendo-se amplificado e fornecido uma dimensão moral à causa da guerrilha nos finais dos anos 80. Esta solidariedade é notória no modo como a Igreja cuidou das famílias dos guerrilheiros resistentes, principalmente através da instituição dos *colégios* (misto de igreja, convento, internato e terreno arrendado a agricultores locais). É também significativo que todas as manifestações políticas importantes na FRETILIN tenham ocorrido durante eventos relacionados com a Igreja: por exemplo a missa papal de 1989, as celebrações da diocese de Dili (1990), o serviço comemorativo de 1991 no cemitério de Santa Cruz.

Por outro lado, o português, anteriormente a língua da opressão na era colonial, adquiriu um valor de língua de resistência. Abolida nas escolas nos inícios dos anos 80, ele tornou-se, em finais daquela década, o veículo da comunicação clandestina entre as gerações mais velhas dos líderes da resistência e os estudantes militantes, em Timor, no estrangeiro e nos círculos da igreja católica. Este desenvolvimento foi apoiado pelo lançamento do novo satélite português Asiasat-2, por meio do qual era possível transmitir sinais de rádio e televisão portugueses para Timor, o que reforçava a identidade cultural.

Simultaneamente o *tetun* ocupou o seu lugar como a língua popular da identidade nacional timorense, uma língua franca que, em finais dos anos 80, tinha condenado a maior parte das outras línguas vernaculares timorenses (cerca de 30 antes da invasão indonésia) à virtual extinção. Também aqui o papel da igreja se revestiu de grande importância, já que foi sob as recomendações dos religiosos de Timor-Leste que o Vaticano permitiu a utilização do *telun* na liturgia quando, em 1981, o português foi banido pelas autoridades indonésias.

5. Os Movimentos Sociais em Portugal - A Resposta aos Acontecimentos Pós-Referendo

5.1 "Ai Timor"

O clima em Timor era tenso antes do referendo. Um clima intimidatório entre os que eram a favor da independência e os que queriam a autonomia. As milícias procuravam instalar o pânico, sucediam-se os episódios de confronto entre os independentistas e as milícias, alguns com vítimas mortais. Na eleição do referendo quase toda a população vota. O primeiro objectivo dos indonésios fracassa, intimidar a população para demovê-la a votar. Poucos dias depois, Kofi Annan anuncia a vitória da autodeterminação, com 78,5% dos votos. Nascia uma nova nação, Timor Loro Sae. Perante o novo contexto de independência que nascia, a Indonésia, num último esforço, procura condicionar o futuro de um Timor-Leste independente, e tem como nova estratégia, isolar o território, afastá-lo dos olhares dos media, eliminar as estruturas da Fretilin, fomentar o caos. As milícias e os militares indonésios começam a expatriar, a destruir e a matar.

O processo "Timor" desde o início é acompanhado atentamente pela comunicação social portuguesa e internacional. São transmitidas as imagens dos timorenses, de voto na mão, a aguardarem em longas filas. E é evidente a intimidação das milícias aos jornalistas. Um manto negro, de raras imagens, passa a cobrir a situação. É principalmente via rádio, que ganha corpo a representação que se está a viver um cenário grotesco, hediondo sobre o território. A situação é denunciada e classificada de máximo alerta: "estão a matar Timor!"

A comunicação social portuguesa, bastante sensível à questão de Timor, não se fica pelas poucas notícias que recebe. Consciente que pode ser uma arma social, que o desfecho da situação poderia estar nas suas mãos, assume a causa de Timor. Sentia que a moral e a ética estavam do seu lado, que era impossível ficar neutro, ou haver um distanciamento possível, contra acções atentatórias como as que estavam a suceder, e face ao que estava em jogo. Da situação espremeu-lhe emoção, receptiva pelas audiências, sobre-exasperou o sofrimento timorense, a chacina; exagerou, diabolizando a acção dos indonésios, e criando uma luta do "bem contra o mal".

Nascia uma sensação de emergência, que a tábua de salvação só já podia ser Portugal, que sem a nossa acção Timor afundar-se-ia irremediavelmente no caos, na destruição, na morte. Então havia que fazer algo, e alertar a "comunidade internacional" para o que estava a acontecer, para que Timor não fosse novamente esquecido.

Uma onda de movimentação, protesto e revolta atravessou diametralmente a vida social portuguesa em Setembro de 1999. Viveram-se aproximadamente três semanas num estado de euforia colectiva. Poucos foram os que ficaram indiferentes ao drama de Timor. Um estado de comoção profunda instala-se no coração dos portugueses.

A mensagem que era transmitida via comunicação social era simples, a realidade representada que passava era pura, limpa, cristalina e óbvia. O sentimento de "catástrofe humana" era superior a todas as perspectivas racionais, a todas as implicações históricas, a todos os motivos políticos.

Protesta-se contra a infâmia perpetrada pelos indonésios, contra a pardacência da ONU e da comunidade internacional. Numa primeira fase do movimento o objectivo é principalmente denunciar o que estava a acontecer no território, depois foi exigir uma intervenção militar.

A oposição do movimento eram os indonésios, os Estados Unidos, e uma «entidade abstracta» dissimulada que englobava o que diziam ser os interesses do mundo uma, teia global que não punha o sacrifício do povo timorense no plano principal. De uma forma não não consciente protestavam contra a globalização económica, contra a «Nova Ordem Mundial».

Os portugueses sentiam ter responsabilidades para com Timor. Sentia-se que se não fossem nós a fazer algo, ninguém o faria. Os pedidos de ajuda são feitos em português e a apelarem à nossa mobilização. Houve também algum sentimento de culpa, pelo abandono do território e pelos anos de inércia na ajuda a Timor. Um povo que teve a coragem de resistir durante todos estes anos, e que ainda dava a grande lição de votar maciçamente no referendo. Era uma luta de "David contra Goliath". Os aparelhos de

gestão ONU, União Europeia, e Governos eram ineficazes. E os portugueses sentiram realmente que podiam mudar qualquer coisa.

Havia valores e princípios em causa: a solidariedade, a justiça, a liberdade, o direito de Timor construir a sua pátria, a identidade nacional, um sentimento muito exacerbado da questão da «vida e da morte», e contra o crime. Estavam em jogo a dignidade da pessoa humana, a tentativa de genocídio, a barbárie contra a civilização, a violação dos direitos humanos, a opressão, a mentira, a nossa auto-vergonha se não agíssemos.

Como nos diz Alain Touraine, os movimentos sociais defendem simultaneamente uma experiência particular e valores e princípios universais, e neste movimento de massas lutou-se pela experiência particular da reposição da paz, da ordem, da instauração da independência e democracia em Timor, e ao mesmo tempo apelou-se a valores e a princípios universalistas, principalmente intrínsecos, e pós-materialistas.

O estado de emergência era constante. Todos os dias surgia via comunicação social sempre mais qualquer coisa que fomentava ainda mais a indignação e comoção das pessoas. A situação da Unamet, a fuga para as montanhas, a deportação dos refugiados para Timor-Ocidental, as notícias de mais mortes e mais destruição, não desfazem o elán nem amenizam o grau de emergência.

Homens, mulheres, ricos, pobres, jovens, idosos, de todas as cores políticas, todos fizeram este levantamento nacional. Nos grandes centros urbanos Lisboa e Porto, mas também nas outras cidades, do litoral ao interior. Os órgãos do Estado, as organizações e instituições, as centrais sindicais, os partidos políticos, estavam todos do mesmo lado. De repente há uma unanimidade em Portugal há volta de uma questão.

Nasceu uma convergência de âmbito nacional, na defesa de uma posição e na acção, desde o poder político, das instituições, das organizações mais ou menos estruturadas, até às associações e até à base social do levantamento.

A dinâmica do movimento foi *multipolar*, ou seja, houve muita gente a fazer muitas coisas. A dimensão da criatividade, da inorganicidade do movimento contribuem para dar espaço a que todas as pessoas desta ou daquela maneira se possam envolver.

Para além da rua, há uma grande camada de envolvimento que é absolutamente sobredeterminada pela comunicação social, quando esta faz apelos que envolvem mesmo os que ficam em casa, mas que metem os lençóis na janela, ou para que o filho saia com a t-shirt branca.

A dinâmica do movimento tem em simultâneo um carácter espontâneo e organizado. As iniciativas mais mediáticas, as manifestações, são montadas e organizadas pelas associações à volta da causa e/ou pelas centrais sindicais, capazes de acções mais sólidas e estruturadas. As formas de coordenação e concertação são sempre muito informais, e depois diluíveis. Nas acções mais localizadas, mais dispersas, mas também em maior número, são as câmaras municipais, as associações, e as organizações de diversa natureza, que se prontificam a dinamizar, ou a efectuar um evento. Os activistas, da causa e políticos, estão no "terreno" das multidões, a procurar fazer a gestão corrente, a dinamizar, a não deixar baixar a intensidade da mobilização.

Acontecem articulações entre quem detinha capacidade de iniciativa política e social e os órgãos do poder. Há uma envolvente entre o poder de Estado e os movimentos e as organizações sociais. Há um encaixe entre a acção política e a acção social.

Aderem à mobilização as associações de estudantes, associações ligadas ao racismo, à xenofobia, e as com preocupações ambientais. Participou gente com antecedentes de solidariedade, mas também outros que nunca participaram em nada. No movimento estiveram os nostálgicos do império, aqueles para quem Timor ainda é Portugal (mas que eram em reduzida escala); a "Esquerda", sempre mais solidária que a direita, e também nostálgica, mas das lutas do passado recente; e o movimento católico, por compaixão e amor ao próximo.

O movimento fez lembrar a muitos o período do 25 de Abril de 1974. A "revolução dos cravos" vista como um momento de grande significado, vivido com intensidade, que deixou saudades, constantemente revisitado, expressão de solidariedade, fraternidade, de natureza espontânea, sentido como "experiência rara de realização de comunidade" (Estanque, 1999:17),

Os políticos e os cidadãos estiveram ao mesmo nível. Todos estavam no mesmo patamar de discussão, diferente por exemplo de uma discussão do Orçamento de Estado. Os argumentos ancoravam na moral, na emoção, no sentido de justiça, num assunto que mais ou menos foram acompanhando e que portanto o sabiam discutir.

Por muito "pequenos" que os portugueses fossem, fazer manifestações frente às embaixadas trouxe necessariamente repercussões. Os órgãos de comunicação social, as agências internacionais cobrem os acontecimentos, e isso produz impacto nesses países. De repente, e com o "cordão humano" e com a vinda de Ximenes Belo a Portugal, começa-se a reparar que Portugal vem para a rua por causa de Timor, e a cadeia avança e Timor começa a abrir os noticiários da BBC, da CNN, etc. Timor atinge uma dimensão mediática absolutamente extraordinária, e decisiva para o culminar do processo.

Realizámos uma autêntica "epopeia simbólica", tantas foram as acções e a sua desmultiplicação, com grande dose de criatividade, e carregadas de simbolismo, com mensagens de paz, dor, ajuda, emoção, afecto e esperança.

Estivemos em "guerra simbólica" com a Indonésia, uma guerra moderna, onde se usam todos os meios tecnológicos ao dispor, para pressionar, para simbolicamente justificar a legitimidade da mobilização, a emergência da situação, e a falta de escrúpulos da Indonésia. Nessa guerra moderna as baionetas são as imagens de televisão, o enviar faxes, a Internet, tudo o que faça divulgar a mensagem em causa.

As principais iniciativas do movimento foram: manifestações, vigílias, o «cordão humano», "3 minutos por Timor", "escritos e lenços brancos nos carros", "todos vestidos de branco", lençóis nas janelas, "lançar flores ao rio", o "comboio ibérico", conta aberta por Timor, e um "dia de salário" por Timor. Todas as iniciativas eram bem divulgadas pela comunicação social, para aumentar de peso o seu impacto.

A Internet pode revestir-se de um carácter de espaço público cívico, de debate, de troca de opiniões, de sondagens, de artigos de opinião. Pode funcionar como um importante veículo para a divulgação de causas, para expressar protestos. Hoje é preciso contar com o ciberactivismo. No caso de Timor criou-se uma autêntica rede mundial. A "guerrilha

online" por Timor mobilizou milhares de pessoas, que enviaram e-mails e bloquearam os correios electrónicos dos chefes de Estado, fizeram-se petições online, sensibilizouse nos "chats", e houve quem conseguisse bloquear em parte a rede de computadores governamentais indonésios. Se clickarmos a palavra Timor, apercebemo-nos da quantidade de "sites" que existem a favor da causa. Hoje, alguém com um computador pode conseguir mais que um manifestante de rua.

Em Setembro estivemos perante um movimento de massas, mas que não se constituiu, na acepção de Alain Touraine, num movimento social. Em Setembro a emoção falou muitas das vezes sozinha sem a razão. A emoção, por ser sentida, é mais forte que a razão, mas também mais efémera. Tudo aconteceu muito devido à comunicação social. Sem a dimensão mediática, possivelmente nada teria sucedido. O movimento não se afastou do poder político. A acção política e a acção social antes se encaixaram, articularam, oscilavam mutuamente.

Haverá continuidades entre o movimento de massas de Setembro e o "25 de Abril" de 1974, como as há entre o "25 de Abril" e Maio de 68, mas dificilmente o movimento de Setembro se inscreverá na historicidade do Maio de 68 e na sua importância. Maio de 68 foi a contestação, foi a crítica ao estado da sociedade, em Setembro essa é ténue, mais à tona apenas quando embargada pela emoção. Ambos são movimentos muito criativos, mas Maio de 68 acontece num quadro de conflitualidade e de violência muito forte, enquanto que Setembro se destaca pelo simbolismo pacífico. Maio de 68 propunha, Setembro ficava por uma denúncia concreta. Maio de 68 foi consistente e perdura, Setembro ficará na memória e na conduta dos mais avisados.

Contudo o movimento de Setembro sempre conseguiu ser uma tentativa por uma visão de sociedade e de mundo. Esboçou a defesa de valores morais e do direito a uma existência livre e humana. Foi a defesa de uma identidade e de um Sujeito inseríveis numa sociedade pós-industrial, programada, amiúde na linha dos novos processos emancipadores da Modernidade. A utopia esteve mais perto...

5.2 Uma questão de identidade

"A mobilização colectiva é sempre de algum modo a expressão de uma qualquer dimensão identitária"(Estanque,1999:6). "As categorias que se mobilizam em acções colectivas são cada vez menos definidas por uma actividade, cada vez mais por uma origem ou por uma pertença"(Touraine,1999:145). No levantamento esteve em jogo a ligação identitária Portugal/Timor, mas principalmente a identidade nacional portuguesa. A questão timorense foi o espelho onde nós nos reflectimos, o argumento para fugirmos de uma identidade destroçada, quebrada interiormente, fruto da sociedade moderna actual.

No processo de esvaziamento da identidade social para uma emergência da identidade pessoal, os elos que ligam a sociedade nacional aos indivíduos enfraquecem. Mas o movimento de massas de Setembro reacendeu a identidade nacional portuguesa.

Em Setembro voltámos a ter orgulho de sermos portugueses, aumentámos a nossa auto-estima, redescobrimos a nossa identidade. Demonstrámos a nós mesmos que valemos muito mais do que nós próprios julgamos. Recuperámos o imaginário português lusitano, o "quinto império" de Fernando Pessoa, que nos fala do lugar de Portugal no mundo, dobrámos uma vez mais o Cabo da Boa Esperança.

Já desde antes do "25 de Abril" que os portugueses têm andado à procura de Portugal. A ideia de nação salazarista é abandonada, mas também a ideia de Portugal. Durante anos houve um complexo, uma vergonha de sermos portugueses. Nunca éramos melhor que os outros países e tínhamos sempre defeitos - talvez devido ao nosso isolamento e depois a constatação do nosso atraso. Mas a partir dos anos noventa, a tendência parece alterar-se. Portugal entra para a CEE, a democracia consolida-se e o país começa a prosperar. Portugal internacionaliza-se. A participação na construção europeia, a presidência da CEE, o envio de tropas para zonas do mundo, alguns êxitos desportivos, o Nobel da Literatura, a Expo98, entre outros eventos, inconscientemente fazem mudar a postura dos cidadãos portugueses para com o seu país. Passámos a considerar Portugal um país moderno, que se inscreve no cenário internacional global, de pleno direito da "comunidade internacional".

Com o "problema Timor" Portugal também estava em causa. Estava em causa o nosso desempenho diplomático, a nossa capacidade de influenciar e intervir à escala mundial. O país contava, contava na "comunidade internacional". Estava em jogo o nosso

prestígio internacional. Timor era uma afirmação do nosso poder nacional, e da nossa visão moderna e humanista das coisas. O sofrimento e a libertação do povo timorense passam a estar directamente implicados com a nossa auto-imagem, e com a nossa auto-imagem perante a Europa e o Mundo.

Depois da invasão indonésia, a «identidade colectiva» do povo de Timor-Leste reforçase na relação portuguesa, na nossa presença colonial. Timor ganha força identitária como nação na relação antagonística com a Indonésia. A língua portuguesa, o catolicismo, a política indonésia anti-Portugal fez reforçar a identidade timorense como povo distinto da Indonésia. Com o vaso relacionante que passa a unir Portugal e Timor de forma mais efectiva a partir do massacre de Santa Cruz, aumentam os contactos e os laços, e há um lado afectivo muito forte que vem ao de cima. Os portugueses ganham a ideia de que o consolo (do sofrimento) timorense está no período colonial português, nos legados deixados. Cresce um sentimento de simpatia e de irmandade.

O "self" está em permanente conflito com si próprio. Temos uma dificuldade crescente em definir a nossa personalidade. À nossa volta, o que nos rodeia, tudo é sempre muito complexo, e a exigir respostas. As relações sociais modernas são difusas, transitórias, desencontradas, e exigem que finjamos. Escondemo-nos, racionalizamos a relação com os outros. Desmultiplicamos o nosso "eu", estamos sempre à procura do nosso melhor "self". As tensões fazem o indivíduo sentir-se esmagado, por serem tantas as contradições e os conflitos que existem dentro de si. As inseguranças são permanentes, a insatisfação constante. O diálogo entre a consciência e a sociabilidade por vezes é complicado. Nunca temos certezas do que somos. Perdemos o sentido da vida, e quando o reencontramos quantas vezes ele não é frágil e aparente? A sociedade em que vivemos é uma sociedade estilhaçada, privada de consciência de si. A vida é fragmentada e fragmentária, uma realidade excessivamente cinzenta. O "sistema", a sua vigilância, o modelo económico da globalização, a competição, "coisificaram" o Homem.

O movimento de massas em Setembro foi também um momento de libertação interior, de deitar para fora o que estava oprimido, escondido, de preencher um vazio enorme; uma oportunidade de fugir às vidas razoavelmente mesquinhas reguladas pelas necessidades materiais que levamos no dia-a-dia. As pessoas sentiram que estavam a ser boas, a causa era nacional, psicologicamente foi um despertar muito grande. Nesses dias

as pessoas alteraram completamente o seu quotidiano (mas foi um despertar limitado no tempo porque depois a vida retoma as suas leis). As pessoas quiseram sentir-se a partilhar um momento em que se pensa mais nos outros do que em si mesmo ou nos seus. Nesse mês descobrimos que vivia gente ao nosso lado. Idealizámos Timor. Timor era a praça que queríamos viver, que queríamos sentir. A imagem dos timorenses e de Timor fora ao encontro do que procurávamos e precisávamos.

A luta clara entre o "bem e o mal" via comunicação social, provocou reacções absolutamente primárias de foro emotivo. A realidade --apresentada fazia sentido, era lógica, simples, básica, identificava as pessoas claramente com um dos lados, adorámo-la. Os timorenses eram heróicos, sofredores, corajosos, bons, resistentes, pacíficos, humildes, parecidos com os portugueses, católicos. Os indonésios eram maus, violentos, brutos, assassinos. Os guerrilheiros, nas montanhas de Timor, parecem envolvidos numa auréola de misticismo, a lembrarem Che Guevara. O lugar "Timor" é envolto em romantismo, Timor é o "paraíso perdido", a "cidade sol" escondida. Timor em Setembro fez lembrar o "25 de Abril". Timor torna-se uma vontade de conquistar algo mais do que se tem hoje.

Setembro atraiu nos locais de contestação os excluídos, gente com muitos problemas de diversa ordem. Os sem-abrigo foram uma presença em Lisboa e Porto. E não se imagina o número de poetas que existem, tantos foram os poemas, as mensagens, os versos, os apelos lançados.

Viveu-se em Setembro em Portugal Loro Sae.

5.3 5.3 A defesa do Sujeito

Setembro foi também um momento de defesa do Sujeito. Afirma Touraine que os actores vão deixando de se definir em relação à sociedade. Já não se identificam a uma posição ocupada numa categoria social ou sistema social. Definem-se agora em relação ao Sujeito. Em períodos anteriores da história o Sujeito surgiu sob uma forma religiosa, política, de nação ou de classe. Defende Touraine que o conflito central das sociedades contemporâneas é de natureza cultural, opondo um Sujeito em luta, por um lado contra a

lógica dos mercados e por outro contra a lógica dos poderes comunitários. O Sujeito é o apelo à pessoa humana em si mesma. É a expressão da descoberta da individualidade por parte do actor que passa a identificar-se a um chamamento a si, à sua dignidade e estima de si e da humanidade, a um sentido, a uma afirmação de cultura, de igualdade e de liberdade. O Sujeito é a resposta à dissociação do económico e do cultural, a única fonte possível dos movimentos sociais actuais.

Os acontecimentos em Timor iam contra a humanidade, contra o valor de ser-se ser humano, feriam essa dignidade e auto-estima individual, e a sua afirmação de cultura, liberdade e principalmente justiça.

A possibilidade de ser-se solidário, de se afectar ao drama de Timor, de se emocionar, fez as pessoas sentirem-se mais próximas do Sujeito.

Estava-se a ir contra os direitos humanos, contra o direito à vida, contra o ideal de bem comum, contra a paz no mundo.

Esteve em jogo um Sujeito civilizacional em contraposição a um «mundo bárbaro». Para os indivíduos Timor já era independente, estava a ser invadido, isso era inconcebível no século XX. Era um ultraje à consciência enquanto cidadãos do mundo. O planeta não podia funcionar assim. Para alguns dos mais jovens, o "problema Timor" foi a primeira consciência de que o mundo era injusto.

O movimento foi também um apelo a um Sujeito democrático. A democracia era o sistema a implementar depois do referendo, o que vingaria se a autodeterminação fosse por diante. Todo o processo desde os acordos de Nova Iorque foi um processo democrático, sempre ameaçado pela violência, terror e morte das milícias; a Indonésia, o adversário de Timor, era um regime ditatorial, militar, falsamente democrático; os timorenses, no dia do referendo, souberam ser um exemplo de civismo democrático, seguravam o voto na mão como uma coisa sagrada.

Foi um movimento de reconhecimento do "outro", e de liberdade, liberdade emotiva, interior, de identidade nacional, e foi também a defesa simultânea de uma identidade pessoal e colectiva timorense,

O movimento de massas em Setembro foi uma lição de democracia. Perante o desprezo pelos direitos humanos, pela humanidade, pela Carta das Nações Unidas, pelos governos democraticamente eleitos, pelos valores, princípios e liberdade do Sujeito, a indignação, protesto e revolta aconteceram. Apesar do descrédito acentuado pelo sistema político democrático, o ideal de democracia mantém-se bem vivo. É à democracia que se apela quando desponta a esperança de uma vida e um mundo melhor.

A política mobiliza cada vez menos os cidadãos. As ideologias estão em crise, assistimos a uma crescente pragmatização, pessoalização e "teatralização" da vida política. A política, em vez de ser o filtro pulsante da vontade social colectiva, e ao serviço de todos, foi ocupada pelas forças centrais de gestão, pelos poderes económicos, financeiros, pelos poderes que procuram dominar, e a acção política reduziu-se à implementação das estratégias destes poderes. A política confunde-se com os partidos, que se afastam cada vez mais da sociedade civil.

O indivíduo abandonou o seu lugar legítimo na política. A sua postura é de afastamento, repulsa, indiferença, crítica mas sempre mais despesista que construtiva. Deixa de ser meritório socialmente ter-se consciência política. A melhor consciência é aquela que não tem consciência política, apenas a necessária para denegrir a classe política.

A independência de Timor era uma questão política. A solução encontrada para o território nos acordos de Nova Iorque resultava de uma convergência estabelecida por objectivos definidos politicamente, havia soluções políticas distintas para Timor, a questão timorense não era algo politicamente isento, à margem de uma natureza política. Mas as pessoas não a sentiam como uma causa política, sentiam-na como uma causa humana. Nas raízes do movimento esteve uma questão básica de justiça ou injustiça, e uma reivindicação considerada muito mais nobre e digna que a política. Uma mensagem simples, justa, humanitária: *"respeitem os resultados, vão-se embora, parem a matança, e entre a ONU se for caso disso."* A mensagem era uma "linguagem" percebida.

A questão Timor não foi politizada, não havia aqui opções político-partidárias. A acção do governo, dos partidos políticos em relação à situação, saiu do cânones da "política normal", do dia-a-dia, rotineira, conflituosa, demagógica, insípida, vazia, sem causas.

Incorporámos na nossa acção um Sujeito não-político, mas fizemos política com um P grande.

6. Caminhos do Futuro. Timor, um Movimento de Globalização ContraHegemónica

Na História dos países que se tomaram independentes, nenhuma é igual à de Timor. Até Timor ser livre, muitos tombaram pela independência, mas o arranque decisivo acontece graças à influência da acção convergente dos timorenses e dos portugueses na opinião pública mundial e na comunidade internacional.

A revolução democrática de 25 de Abril de 1974, que é acompanhada por um conjunto de movimentos sociais que transformam o golpe de Estado numa revolução, abre caminho à autodeterminação de Timor. Este processo de descolonização é brutalmente interrompido pela invasão da Indonésia, que se dá poucas horas depois da visita do presidente Ford a Jacarta em 1975. As derrotas dos Estados Unidos no Camboja, no Laos e em Saigão, explicam a aplicação da "teoria do dominó" nestas decisões. Os interesses económicos, políticos e de segurança (*a realpolitik*), conduziram outros países, como por exemplo a Austrália, a tomarem uma posição semelhante à americana: o beneplácito das principais potências mais relevantes no período da guerra-fria e no pós-guerra fria.

Mas a Indonésia subestimou a força da especificidade própria que a história conferiu aos timorenses, marcando nítidas diferenças no plano cultural e religioso em relação aos indonésios, conferindo-lhes uma verdadeira identidade nacional, consolidada pela pertinaz resistência à brutal ocupação. O fim da guerra fria, o modo como Portugal assumiu a defesa e promoção dos direitos humanos no plano internacional, nomeadamente a partir da entrada na Comunidade Europeia (1986), a proposta de Xanana Gusmão de criação de um futuro Estado democrático e multipartidário, a visita do Papa que coloca o território no mapa dos *media* (1989), o massacre de Santa Cruz

cujas imagens correram o mundo, a "Missão Paz em Timor Leste" a bordo do Lusitânia Expresso (1992), a atribuição do Nobel da Paz a Ximenes Belo e a Ramos Horta, a crise económica e a luta pela democratização na Indonésia, com destaque para os estudantes indonésios (1997-1999), foram, entre outros, factores que contribuíram para a libertação de Timor, que se pode considerar um movimento de globalização contra-hegemónica.

Utilizando as palavras de Xanana Gusmão, "teria sido inimaginável que uma meia ilha de 19 000 Km² pudesse reivindicar o seu direito à autodeterminação se não possuísse uma cultura e uma história própria. Foi isso que determinou os destinos separados entre ~s mais de 220 milhões de indonésios e os menos de 800 000 timorenses."

Não é por acaso que a questão de Timor começa e acaba com duas transições políticas de um regime autoritário para um democrático, Portugal em Abril de 1974 e a Indonésia em Maio de 1998, com a resignação de Suharto. As mudanças de regime permitiram mudanças significativas na percepção relativamente à legitimidade interna e internacional das políticas externas.

Para se ter uma ideia do genocídio cometido pela Indonésia em Timor, importa ter presente que, quando se deu a anexação em 1975, a população era cerca de 700 000 habitantes. Em 23 anos, a repressão provocou 200 000 mortos! Em proporção, esta pequena ilha de 19 000 Km² sofreu mais do que Camboja sob os Khmer vermelhos ou de que o Tibete sob os chineses.

Apesar de a Assembleia Geral da ONU, entre 1976 e 1981, adoptar resoluções anuais, reafirmando o direito de Timor Leste à autodeterminação, em 1978 a Austrália reconheceu *de facto* a anexação pela Indonésia. Em 1989, a Austrália e a Indonésia estabelecem um Tratado (o *Timor Gap*) de divisão de áreas, que era obviamente influenciado pela exploração de recursos petrolíferos. Em 1991, Portugal apresenta uma acção contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça, para obter a condenação daquele país. O acórdão de 1995 recusa as pretensões portuguesas da análise jurídica de fundo do problema, embora reconheça o direito do povo de Timor à autodeterminação, o que apesar de tudo significa contrariar as teses internacionalmente defendidas pela Indonésia. Em 1999, a crise económica da Indonésia iniciada dois anos antes e a abertura política produzem finalmente resultados substantivos, com a celebração dos

Acordos de Nova Iorque, no âmbito das negociações entre Portugal e a Indonésia na ONU sob a égide do Secretário-Geral, negociações que se tinham iniciado em 1983. É evidente que factos como o massacre de Santa Cruz em 1991 e a atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 1996, a D. Ximenes Belo e a José Ramos Horta contribuíram, entre outros, para esta inversão.

De modo geral, a emissão de imagens, em todo o mundo, através de meios audiovisuais, contribuiu para mudanças significativas em muitas opiniões públicas nacionais e para a alteração do estatuto jurídico-internacional do território. A consulta popular de 30 de Agosto de 1999, em que cerca de 80% dos habitantes declararam a sua vontade de independência, e a Resolução 1264 do Conselho de Segurança, que autoriza a intervenção de uma força armada no território, a INTERFET, são exemplos, entre outros, das transformações referidas. A proximidade cronológica com a Guerra do Kosovo (1999) impediu também que as potências ocidentais tivessem uma posição neutral depois de uma enorme mobilização para uma situação que, em alguns pontos, se poderia considerar similar. A movimentação social em Portugal, tratada noutra parte desta comunicação, foi igualmente um factor decisivo na modificação da situação do território.

Timor foi, durante muito tempo, o exemplo da incapacidade das estruturas orgânicas internacionais dos conceitos jurídico-internacionais, para enquadrarem um problema que não se encaixava na matriz predominante de uma descolonização em relação ao colonizador europeu e de uma assunção dos valores e estruturas da região. O povo timorense continuou a lutar contra a ocupação da Indonésia e não se identificou, mesmo ao fim de quase um quarto de século, com o ocupante, mantendo ligações com o antigo colonizador, que foi a voz estatal mais coerente e, frequentes vezes, quase que completamente isolada, na luta para a sua independência. Foi a persistência e a coragem admiráveis desse povo que tornou possível a presente situação para a independência.

O fim da guerra fria iria trazer alterações a toda esta situação, que presentemente espelha algumas características ausentes da anterior ordem internacional. De facto, as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas desde 1999 reflectem a responsabilidades de construir um novo Estado a partir de infra-estruturas praticamente nulas.

Por outro lado, a presente situação que Timor vive é, em grande parte, o resultado da importância crescente de actores não-estatais na cena internacional, designadamente das estruturas preexistentes dos movimentos de libertação, das funções do administrador não transitório e do papel das numerosas organizações não governamentais (ONG's) na reconstrução do território, nas quais participam muitos portugueses. Além disso, o seu passado e o seu futuro estão necessariamente ligados à opinião pública mundial, o que por exemplo se poderá reflectir no eventual julgamento de crimes contra a humanidade. A relação com as organizações regionais e a questão das intervenções armadas humanitárias estará também no centro dos debates futuros em que é de prever uma participação cada vez mais forte dos indivíduos, movimentos, ONG's, multinacionais, *os media* e outros actores não tradicionais, o que produzirá mudanças relevantes nas actuais organizações e Estados e no modo de funcionamento e relacionamento com entidades exteriores.

Timor acaba por ser um "filho" da globalização, da nova ordem social e cultural que se baseia nos meios de comunicação social à escala global. Timor vence mediaticamente, ganha moralmente legitimidade para conquistar a sua independência.

O sofrimento timorense, a imagem não bélica - antes pacifista - do seu povo, o massacre brutal pela Indonésia faz as opiniões públicas e as sociedades civis colocarem-se do lado de Timor e, por forçado arrastamento, lentamente também a comunidade internacional, que se mantivera calada desde a invasão quase até ao fim.

A inparável torrente de informação contínua oferecida pelas capacidades tecnológicas (como a Internet), a cobertura gigantesca pelas grandes cadeias de televisão a certos acontecimentos, com repercussões nas opiniões públicas, reduziram muito os prazos de reacção do poder político, que se vê obrigado a decidir mais depressa em consonância com as sociedades civis.

Os acontecimentos em Timor após o referendo são acompanhados intensamente pela comunicação social portuguesa. Esta edificava o sentimento de "catástrofe humana", o estado de emergência constante e uma mensagem potencialmente mobilizadora. Mas se a comunicação social potenciou não quer dizer que determinou o levantamento nacional. As razões foram mais profundas.

Por trás da emoção e comoção profundas, estavam responsabilidades que os portugueses sentiam ter, havia valores e princípios em causa, uma visão de sociedade e do mundo. Estava em jogo a identidade nacional numa altura em que os portugueses estavam novamente a gostar de Portugal e a acreditar em si próprios. Sentimos o Sujeito mais próximo e colmatámos temporariamente necessidades actuais do nosso ``self'. Setembro foi um grito pela defesa dos direitos humanos, de liberdade, de esperança, contra a política tacanha, contra as amarras do sistema, por uma política da vida. Apelámos ao humano, queríamos encontrar "o outro". Foram dias que valeram uma vida.

Nascia uma unanimidade, uma convergência nacional à volta do drama de Timor. O movimento foi multipolar, desmultiplicador, relativamente organizado e muito criativo. As acções eram carregadas de simbolismo e emoção. As iniciativas múltiplas foram articuladas em rede, compostas por entidades completamente distintas mas que convergiram num objectivo e plano de acção.

O Conselho de Segurança da ONU dá luz verde, a intervenção militar em Timor acontece. A Indonésia cede. A comunidade internacional, os poderes do mundo, resolvem apostar numa nova correlação de forças para o território. A acção diplomática portuguesa suportada por um país em levantamento não lhes foi imune. Nascia Timor Loro Sae. O futuro? Estaremos cá para o fazer...